

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.552.671 - PR (2019/0220581-1)

RELATORA : **MINISTRA ASSUSETE MAGALHÃES**
AGRAVANTE : **FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU - VIZIVALI**
ADVOGADO : **RODRIGO BIEZUS - PR036244**
AGRAVADO : **RICARDO ANUNCIATO DE SOUZA**
ADVOGADO : **LUIZ RAFAEL - PR039762**
AGRAVADO : **UNIÃO**
AGRAVADO : **ESTADO DO PARANÁ**
PROCURADOR : **ROBERTO BENGHI DEL CLARO - PR031448**

DECISÃO

Trata-se de Agravo em Recurso Especial, interposto pela FUNDAÇÃO FACULDADE VIZINHANÇA VALE DO IGUAÇU - VIZIVALI, contra decisão do Tribunal Regional Federal da 4ª Região, que inadmitiu o Recurso Especial, manejado em face de acórdão assim ementado:

"ADMINISTRATIVO. ENSINO SUPERIOR. CURSO SEMI-PRESENCIAL REALIZADO PELA FACULDADE VIZIVALI NO ÂMBITO DO PROGRAMA ESPECIAL DE CAPACITAÇÃO PARA A DOCÊNCIA DOS ANOS INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL E DA EDUCAÇÃO INFANTIL INSTITUÍDO PELO ESTADO DO PARANÁ. LEGITIMIDADE PASSIVA DA UNIÃO. PRESCRIÇÃO AFASTADA. PROFESSOR ESTAGIÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL DA VIZIVALI E DO PARANÁ.

1. O Egrégio STJ, no julgamento do REsp 1.344.771/PR, firmou entendimento no sentido de que a União detém legitimidade para figurar no pólo passivo de demanda versando sobre curso semi-presencial realizado pela Faculdade Vizivali no âmbito do Programa Especial de Capacitação para a Docência instituído pelo Estado do Paraná.
2. A 2ª Seção desta Corte, por voto de desempate no processo n. 5000085-04.2010.404.7015, decidiu por reconhecer a responsabilidade civil solidária do estado do Paraná e da Vizivali, nos casos de admissão ao Programa de professores na condição de estagiário.
3. A responsabilidade pelos prejuízos suportados pela parte autora deve ser atribuída, solidariamente, à Vizivali e ao estado do Paraná, que deverão arcar com o pagamento de indenização por dano moral, majorada a fixada na sentença para R\$ 10.000,00 (dez mil reais)" (fl.

934e).

Interposto Recurso Especial pelo Estado do Paraná, a Vice-Presidência do Tribunal **a quo** determinou o sobrestamento dos apelos, em razão de matéria repetitiva representada pelo Tema 928 no STJ (fls. 1.173/1.174e).

Após julgamento do recurso repetitivo, a Corte de origem determinou o retorno dos autos à Turma/Seção, para retratação ou manutenção do julgamento do presente processo (fls. 1.193/1.194e).

Nesse contexto, foi proferido aresto, nos termos da seguinte ementa:

"JUÍZO DE RETRATAÇÃO. TEMA STJ Nº 928 STJ. INSTITUIÇÃO DE ENSINO SUPERIOR. VIZIVALI. REGISTRO DE DIPLOMA. CREDENCIAMENTO DA INSTITUIÇÃO PELO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. INDENIZAÇÃO. DANOS MORAIS. DANOS MATERIAIS. ESTAGIÁRIO. RESPONSABILIDADE CIVIL DA VIZIVALI.

1. Teses firmadas na Corte Superior (tema 928): (a) Havendo o Conselho Nacional de Educação expedido parecer público e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes, executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, a sua desconstituição ou revogação pelo próprio Conselho Nacional de Educação ou mesmo a sua não homologação pelo Ministério da Educação autorizam a tese de que a União é responsável, civil e administrativamente, e de forma exclusiva, pelo registro dos diplomas e pela conseqüente indenização aos alunos que detinham vínculo formal como professores perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados;

(b) Havendo o Conselho Nacional de Educação expedido parecer público sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual já havia possibilitado o ingresso anterior dos alunos sem vínculo formal como professor de instituição pública ou privada (Portaria n. 93/2002 do Conselho Estadual de Educação do Paraná), a sua desconstituição ou revogação pelo próprio Conselho Nacional de Educação, ou mesmo a sua não homologação pelo Ministério da Educação, ou, ainda, pelo Parecer n. 193/2007 do Conselho Estadual de Educação do Paraná autorizam a tese de que a União e o Estado do Paraná são responsáveis, civil e administrativamente, e de forma

solidária, pelo registro dos diplomas e pela conseqüente indenização aos alunos que detinham vínculo apenas precário perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados e (c) Inexistindo ato regulamentar, seja do Conselho Nacional de Educação, seja do Conselho Estadual de Educação do Paraná, sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu relativamente a alunos estagiários, descabe falar em condenação dos aludidos entes, devendo a parte que entender prejudicada postular a indenização em face, tão somente, da instituição de ensino (Vizivali).

2. Em observância ao documento de estágio voluntário, reconhece-se o enquadramento como estagiário.

3. Deve ser revista a posição adotada pela Turma, a fim de que a responsabilidade civil pelos prejuízos suportados pelo autor recaia sobre a VIZIVALI" (fls. 1.202/1.203e).

O acórdão em questão foi objeto de Embargos de Declaração, os quais restaram rejeitados, nos seguintes termos:

"EMBARGOS DECLARATÓRIOS. ARTIGO 1.022 DO CPC/2015. ERRO MATERIAL. INEXISTÊNCIA. REDISCUSSÃO.

1. A decisão embargada enfrentou a questão de forma clara e suficientemente fundamentada. No caso dos autos não se verifica nenhum dos vícios previstos no artigo 1.022 do CPC/2015.

2. O vício apontado pela embargante, em verdade, pretende a rediscussão da matéria, o que se afigura incabível em sede de embargos de declaração" (fl. 1.234e).

Nas razões do Recurso Especial, interposto com base no art. 105, III, **a**, da Constituição Federal, a parte ora agravante aponta violação aos arts. 1.030, II, 1.039, 1.040, II, 1.041, § 1º, do CPC/2015, 14, § 3º, II, do CDC, 87, § 3º, III, da Lei 9.394/96, 186, 188, I, 927 do Código Civil, sustentando que: a) "o entendimento consolidado por esse E. STJ sobre o tema impõe, portanto, a conclusão de que alunos que detinham vínculo formal e precário [como é a hipótese dos autos, em que o exercício da docência, por alguns autores, era feito na condição de voluntária], deverá haver responsabilização da União e do Estado do Paraná" (fl. 1.256e); b) "a análise do vínculo não foi adequadamente enfrentada, restando nítida a equivocada interpretação das provas juntadas ao processo, na medida em que não era possível a condenação da Vizivali na hipótese" (fl. 1.258e); c) "a Recorrente demonstrou que a responsabilidade de que se cogita no caso dos autos só pode ser imputada ao Estado

do Paraná, tendo em vista que houve atuação causal de um terceiro em relação ao negócio jurídico estabelecido entre as partes, sem que se pudesse atribuir à participação da Vizivali a culpa pelo inadimplemento da obrigação, rompendo-se, assim, o nexo de causalidade" (fl. 1.261e); d) "disso decorre que o v. acórdão recorrido negou vigência ao art. 14, § 3º, inciso II, do CDC e ao art. 43 do CC, que estabelecem a inexistência de responsabilidade do fornecedor, quando provar a culpa exclusiva de terceiro para a ocorrência dos danos e a responsabilidade das pessoas jurídicas de direito público interno pelos atos dos seus agentes que causem danos a terceiros, o que foi, inequivocamente, demonstrado pela Recorrente" (fl. 1.264e); e) "o v. acórdão recorrido violou, de forma inequívoca, o disposto nos arts. 186 e 927 do Código Civil, que regulamentam o dever de indenizar em nosso sistema jurídico, exigindo ação ou omissão culposa da parte, bem como o disposto no art. 188, I do CC, que estabelece não constituir ato ilícito aqueles praticados em exercício regular de direito" (fl. 1.266e); f) há de ser reconhecida "a necessidade de se aplicar a legislação vigente na época da instituição do programa e ao tempo de cada ato, afastando a responsabilidade da Recorrente sobre os supostos danos causados à Recorrida, com a reforma do v. acórdão recorrido por sua manifesta violação ao art. 80 da Lei n. 9.394/1996, ao art. 6º da LICC e dos arts. 112 e 114 do CC" (fl. 1.271e).

Por fim, requer o provimento do Recurso Especial.

Contrarrrazões a fls. 1.279/1.280e e 1.283/1.290e.

Inadmitido o Recurso Especial (fls. 1.293/1.295e), foi interposto o presente Agravo (fls. 1.306/1.318e).

Contraminuta a fls. 1.329e e 1.331/1.332e.

A irresignação não merece prosperar.

Inicialmente, cabe destacar que o Tribunal de origem não se manifestou acerca do teor dos arts. 14, § 3º, II, do CDC, 80, 87, § 3º, III, da Lei 9.394/96, 43, 112, 114 e 6º da LICC. Por essa razão, à falta do indispensável prequestionamento, não pode ser conhecido o Recurso Especial no ponto, incidindo o teor da Súmula 211 do STJ ("Inadmissível recurso especial quanto à questão que, a despeito da oposição dos embargos declaratórios, não foi apreciado pelo Tribunal a quo").

Em relação à irresignação relativa ao dever de indenizar, verifica-se a adequação da orientação firmada pelo Tribunal de origem com o entendimento da Primeira Seção, no julgamento do REsp 1.498.719/PR, submetido ao rito do art. 1.036 do CPC/2015, Rel. p/ acórdão Ministro OG FERNANDES, no sentido de que, "inexistindo ato regulamentar, seja do Conselho Nacional de Educação, seja do Conselho Estadual de Educação do Paraná, sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu relativamente a alunos estagiários, descabe falar em condenação dos aludidos entes, devendo a parte que

Superior Tribunal de Justiça

entender prejudicada postular a indenização em face, tão somente, da instituição de ensino".

A propósito, confira-se a ementa do referido julgado:

"ADMINISTRATIVO. PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL. ALEGAÇÃO DE VIOLAÇÃO DO DISPOSITIVO DO ART. 535, I E II, DO CPC/1973. REJEIÇÃO. SUPOSTA AFRONTA AOS DISPOSITIVOS DOS ARTS. 219 E 512 DO CPC/1973; 406 DO CÓDIGO CIVIL/2002 E 161, § 1º, DO CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 211 DO STJ. APLICABILIDADE. DISCUSSÃO ACERCA DO VALOR DA INDENIZAÇÃO. PRETENSÃO DE REEXAME DE PROVAS. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 7 DO STJ. MÉRITO. ALEGADA VIOLAÇÃO DOS DISPOSITIVOS DOS ARTS. 80, §§ 1º E 2º, E 87, § 3º, III, DA LEI N. 9.394/1996; 2º DA LEI N. 9.131/95; 11 DO DECRETO 2.494/1998; 186, 187 E 927 DO CÓDIGO CIVIL; E 14 DO CÓDIGO DE DEFESA DO CONSUMIDOR. NÃO OCORRÊNCIA. TEORIA DOS MOTIVOS DETERMINANTES. APLICAÇÃO. PRINCÍPIOS DA BOA-FÉ E DA CONFIANÇA. RECURSO ESPECIAL DA PARTE AUTORA NÃO CONHECIDO E RECURSO ESPECIAL DA UNIÃO CONHECIDO, MAS NÃO PROVIDO. RECURSO JULGADO SOB A SISTEMÁTICA DO ART. 1.036 E SEGUINTE DO CPC/2015, C/C O ART. 256-N E SEGUINTE DO REGIMENTO INTERNO DO STJ.

1. No caso, o e. Tribunal de origem manifestou-se, expressamente, sobre os dispositivos dos arts. 80, §§ 1º e 2º, da Lei n. 9.394/1996, 2º da Lei n. 9.131/95 e, ainda, deu a interpretação cabível à regra regulamentar (Decreto 2.494/1998). Não há que se falar, portanto, em violação do dispositivo do art. 535 do Código de Processo Civil/1973, porquanto a prestação jurisdicional foi dada na medida da pretensão deduzida, uma vez que a causa foi devidamente fundamentada, de modo coerente e completo. Foram demonstradas as razões necessárias à solução da controvérsia, dando-lhe, contudo, solução jurídica diversa da pretendida pelos recorrentes.

2. O aresto recorrido não debateu, nem sequer implicitamente, a questão à luz dos arts. 219 e 512 do Código de Processo Civil/1973; 406 do Código Civil/2002 e art. 161, § 1º, do Código Tributário Nacional bastando para tal conclusão verificar-se o inteiro teor do julgado. Logo, não foi cumprido o necessário e indispensável exame da questão pela decisão atacada, apto a viabilizar a pretensão recursal,

nesse ponto, da autora/recorrente. Incidência da Súmula 211 do STJ. De igual sorte, descabe a discussão travada pela recorrente/autora sobre o valor arbitrado, a título de indenização por danos morais, diante do óbice da Súmula 7 do STJ.

3. No caso, o Conselho Nacional de Educação, instado a se manifestar, editou ato público (Parecer CNE/CES n. 290/2006, revisando o Parecer CNE/CES n. 14/2006) e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, a propósito do curso objeto desta demanda, explicitando que era "do Conselho Estadual de Educação do Paraná a competência para credenciamento, autorização e reconhecimento de instituições, cursos e Programas do seu Sistema de Ensino, não havendo necessidade de reconhecimento do 'curso' no MEC, pois não se trata de programa ofertado na modalidade de educação a distância".

4. Com efeito, a revisão posterior desse entendimento afronta a boa-fé dos interessados, o princípio da confiança, bem como malfez os motivos determinantes do ato, os quais se reportaram à efetiva incidência do inciso III do § 3º do art. 87 da Lei n. 9.394/1996 - LDB, bem como para atender ao contido no Plano Nacional de Educação, aprovado pela Lei n. 10.172/2001, dentro da denominada "Década da Educação".

5. Outrossim, descabia ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, como perfizera via do Parecer n. 193/2007, restringir o escopo preconizado pelo inciso III do § 3º do art. 87 da Lei n. 9.394/1996, quando dispõe acerca da realização dos programas de capacitação. É que o dispositivo legal permitiu a realização de "programas de capacitação para todos os professores em exercício", não exigindo que os discentes sejam professores com vínculo formal com instituição pública ou privada.

6. Segundo a teoria dos motivos determinantes, "a Administração, ao adotar determinados motivos para a prática de ato administrativo, ainda que de natureza discricionária, fica a eles vinculada" (RMS 20.565/MG, Quinta Turma, Rel. Min. Arnaldo Esteves Lima, julgado em 15/3/2007, DJ 21/5/2007).

7. Incidência do princípio da confiança no tocante à Administração Pública, o qual se reporta à necessidade de manutenção de atos administrativos, ainda que se qualifiquem como antijurídicos (o que não é o caso em exame), desde que verificada a expectativa legítima, por parte do administrado, de estabilização dos efeitos decorrentes da conduta administrativa. Princípio que corporifica, na essência, a boa-fé e a segurança jurídica. (REsp 1.229.501/SP, de minha relatoria,

Segunda Turma, julgado em 6/12/2016, DJe 15/12/2016).

8. Inexistência de violação dos dispositivos dos arts. 80, §§ 1º e 2º, da Lei n. 9.394/96 (e, por consequência, do art. 11 do Decreto n. 2.494/98) e do art. 2º da Lei n. 9.131/95, porquanto o estabelecido no art. 87, § 3º, III, da Lei n. 9.394/96 dá amparo ao fato de o órgão estadual de educação credenciar, autorizar e fiscalizar os cursos relativos a programas de capacitação de professores em exercício, transitoriamente (enquanto durou a "Década da Educação"), como no caso em exame. Distinção da fundamentação determinante neste julgado daquela externada no julgamento do REsp 1.486.330/PR, de minha relatoria, com conclusão, igualmente, diferente e que representa a evolução do entendimento, diante do aporte de novos fundamentos.

9. Aliás, como bem dito pelo aresto recorrido, "ainda que se entendesse aplicável, na espécie, o art. 80 da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei n. 9.394/1996) - que dispõe sobre o desenvolvimento e a veiculação de programas de ensino a distância, em todos os níveis e modalidade de ensino, e de educação continuada, atribuindo à União a competência para o credenciamento de instituições de ensino ('§ 1º A educação a distância, organizada com abertura e regime especiais, será oferecida por instituições especificamente credenciadas pela União') -, não há como afastar a regra contida no art. 87, do mesmo diploma legal, que determinou - expressamente e em caráter transitório - ao Distrito Federal, aos Estados, aos Municípios e apenas supletivamente à União, a realização de programas de capacitação para todos os professores em exercício, inclusive com os recursos da educação à distância".

10. Necessária diferenciação de responsabilidade para as três situações distintas: a) a dos professores que perfizeram o curso e que detinham vínculo formal com instituição pública ou privada (para cuja situação somente houve o ato ilícito da União); b) a dos professores que perfizeram o curso, mas que não tinham vínculo formal com instituição pública ou privada, enquadrando-se como voluntários ou detentores de vínculos precários de trabalho (para cuja situação concorreram com atos ilícitos a União e o Estado do Paraná); c) a dos denominados 'estagiários' (para cuja situação não há ato ilícito praticado pelos entes públicos).

11. Teses jurídicas firmadas: 11.1. Havendo o Conselho Nacional de Educação expedido parecer público e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes, executado pela Fundação

Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu, a sua desconstituição e/ou revogação posterior, pelo próprio Conselho Nacional de Educação, ou mesmo a sua não homologação, pelo Ministério da Educação, autorizam a tese de que a União é responsável, civil e administrativamente, e de forma exclusiva, pelo registro dos diplomas e pela consequente indenização aos alunos que detinham vínculo formal como professores perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados.

11.2. Havendo o Conselho Nacional de Educação expedido parecer público sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu e direcionado ao Conselho Estadual de Educação do Paraná, o qual já havia possibilitado o ingresso anterior dos alunos sem vínculo formal como professor de instituição pública ou privada (Portaria n. 93/2002 do Conselho Estadual de Educação do Paraná), a sua desconstituição e/ou revogação posterior, pelo próprio Conselho Nacional de Educação, ou mesmo a sua não homologação, pelo Ministério da Educação ou, ainda, pelo Parecer n. 193/2007 do Conselho Estadual de Educação do Paraná, autorizam a tese de que a União e o Estado do Paraná são responsáveis, civil e administrativamente, e de forma solidária, pelo registro dos diplomas e pela consequente indenização aos alunos que detinham vínculo apenas precário perante instituição pública ou privada, diante dos danos causados.

11.3. Inexistindo ato regulamentar, seja do Conselho Nacional de Educação, seja do Conselho Estadual de Educação do Paraná, sobre a regularidade do Programa Especial de Capacitação de Docentes executado pela Fundação Faculdade Vizinhança Vale do Iguaçu relativamente a alunos estagiários, descabe falar em condenação dos aludidos entes, devendo a parte que entender prejudicada postular a indenização em face, tão somente, da instituição de ensino.

12. Recurso especial da autora não conhecido e recurso especial da União conhecido, mas para lhe negar provimento.

13. Recurso julgado sob a sistemática do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015 e art. 256-N e seguintes do Regimento Interno deste STJ (STJ, REsp 1.498.719/PR, Rel. Ministro OG FERNANDES, PRIMEIRA SEÇÃO, DJe de 21/11/2017).

Por fim, no que diz respeito à tese de que a parte autora exercia a docência com vínculo voluntário e não como estagiária, a modificação das conclusões adotadas pela

Superior Tribunal de Justiça

Corte de origem implicaria, necessariamente, em revolvimento do conjunto fático-probatório dos autos, o que é vedado, em sede de Recurso Especial, pelo óbice enunciado na Súmula 7/STJ.

Ante o exposto, com fulcro no art. 253, parágrafo único, II, **b**, do RISTJ, **conheço** do Agravo, para **negar provimento** ao Recurso Especial.

Em atenção ao disposto no art. 85, § 11, do CPC/2015 e no Enunciado Administrativo 7/STJ ("Somente nos recursos interpostos contra decisão publicada a partir de 18 de março de 2016 será possível o arbitramento de honorários sucumbenciais recursais, na forma do art. 85, § 11, do NCPC"), majoro os honorários advocatícios em 10% (dez por cento) sobre o valor já arbitrado, levando-se em consideração o trabalho adicional imposto ao advogado da parte **recorrida**, em virtude da interposição deste recurso, respeitados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do art. 85 do CPC/2015.

I.

Brasília (DF), 22 de novembro de 2019.

MINISTRA ASSUETE MAGALHÃES
Relatora